

stumpf@cbdata.com.br

Perguntas que ainda não têm respostas

O capítulo de hoje que envolve a leitura do relatório de Saturnino Braga diante do Conselho de Ética no Senado encerrará a fase inicial dos trabalhos. Não há, ainda, processo formal de acusação. Está em curso a investigação que, a juízo do relator, poderá, ou não, motivar a abertura do processo por quebra do decoro parlamentar.

É importante reforçar que a controvérsia do painel eletrônico está em fase inicial. Longe da decisão final. Há senadores que gostariam de investigar mais o assunto. Não o farão para não serem criticados pela opinião pública e responsabilizados por protelar o resultado. Mas existem aspectos nebulosos nos depoimentos dos três acusados que não foram esclarecidos sequer na acareação entre os senadores Antonio Carlos Magalhães, José Roberto Arruda e da servidora Regina Borges.

Os depoimentos são coincidentes no sentido de que Regina Borges foi à casa de Arruda e dele recebeu a incumbência, a sugestão ou a pergunta sobre a possibilidade de conseguir do computador a lista dos votos dos senadores. Ela disse ser impossível violar o painel. Arruda afirmou que era possível. Regina saiu, encontrou-se com o marido e procurou dois funcionários. Aguardaram em um bar a chegada do último, Gazolla, que, afinal, iria fazer o trabalho.

A pergunta de um senador é objetiva: se ela afirmava ser impossível a violação do painel, como em poucas horas, durante a noite, encontrou os técnicos necessários para realizar o trabalho? A resposta é uma só: a missão impossível teria sido realizada anteriormente. Ela conhecia os caminhos. O senador não quer aparecer porque não possui provas. Apenas raciocina sobre os fatos. E vai além. Afirma que a maioria dos senadores sabia da existência da lista de votação da sessão de cassação de Luiz Estevão. Mas reabrir as investigações é agora impossível. A pressão da opinião pública não permite.

Na reunião de hoje a votação deverá ser aberta. A pressão contra os senadores está se reduzindo. O distinto público está mais preocupado com o racionamento de energia. O destino de Arruda e ACM começa a se transformar em crise menor. Há assuntos mais importantes a serem tratados. Lauro Campos, do Distrito Federal, um radical, afirma não participar de banquetes totêmicos. Tribos antigas matavam líderes rivais, retalhavam o corpo e o serviam como uma iguaria. O objetivo era ter a força e sabedoria do adversário. Isso ele não faz.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) acha que seus dois colegas deveriam ajoelhar no milho durante algumas horas e depois receberem uma bronca, no estilo dos colégios religiosos. São dois radicais que não falam em cassação. O Partido da Frente Liberal não gosta da idéia de perder Antonio Carlos Magalhães. Apesar das brigas públicas em que se envolve, ele representa quase 30% do partido, na forma de deputados federais, estaduais e os senadores. E o destino de Arruda está atrelado ao do líder baiano.

Junto do memorial de defesa que Arruda encaminhou aos membros do Conselho de Ética, seguiu uma carta pessoal. Texto de página e meia. Trata basicamente da dosimetria da pena, "como subsídio e reflexão a respeito do assunto, que é o que peço". O senador de Brasília, sem partido, está se defendendo como pode.

SUCESSÃO

O senador Jader Barbalho licenciou-se da presidência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (-PMDB). Assumiu o cargo o vice, Maguito Vilela, de Goiás. É o início do processo de escolha do candidato para a sucessão de Fernando Henrique. Trata-se do primeiro passo.

Os três senadores de Goiás pertencem ao PMDB. E vivem sob fogo cerrado do governador do estado Marcone Perillo. Precisam de uma tribuna onde possam discutir temas atuais e aumentar sua própria visibilidade. Maguito Vilela é ligado ao grupo do governador Itamar Franco. Ele quer independência em relação ao governo federal. Ficará no cargo até setembro quando será escolhido o presidente da agremiação para novo mandato.

